

O trabalho para os jovens diplomados no novo modelo de acumulação capitalista

Mariléia Maria da Silva

Resumo:

O texto discute o significado que o trabalho apresenta para os jovens portadores de diploma de graduação num momento em que se vivencia uma intensa precarização nas relações de trabalho e altos índices de desemprego. Neste contexto, o trabalho desempenhado durante o curso de graduação adquire outros sentidos além daquele vinculado à carência econômica; trata-se da possibilidade de poder usufruir com mais liberdade sua “condição de jovem”, mas também significa uma estratégia de *antecipação às etapas* com vistas a garantir um espaço num mercado de trabalho extremamente competitivo. Insegurança é o sentimento compartilhado pelos jovens quando fazem referência ao seu futuro profissional.

Palavras-chave:

Mercado de trabalho- efeito da educação. Profissionais de nível superior- mercado de trabalho

Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste -UNICENTRO. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC.

PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 405-424, jul./dez. 2004

<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>

Introdução

Neste artigo pretendemos refletir sobre o significado que o trabalho representa para os jovens portadores de um diploma de graduação num momento de intensas transformações no mundo do trabalho. Para fins deste estudo nos valem de parte dos dados coletados para o desenvolvimento de uma pesquisa com vistas à obtenção do título de Doutorado em Educação¹. Os dados foram obtidos a partir da aplicação de um questionário aos egressos do ano de 1997 de cinco cursos de graduação (Administração de Empresas, Direito, História, Odontologia e Pedagogia) de três universidades catarinenses, duas pertencentes ao setor público e uma ao setor privado, e de entrevistas com alguns desses egressos.

Partimos do entendimento de que as transformações no mundo capitalista em curso desde a década de 1970, que se caracterizam por um novo padrão de acumulação capitalista, entendido por Harvey (1994) como uma acumulação “integrada e flexível” que pressupõe novas formas de exploração capital-trabalho, tem provocado a necessidade de formação de um novo trabalhador, mais adaptável às necessidades cada vez mais voláteis do mundo produtivo, num contexto de precarização das relações de trabalho, desemprego, destruição da organização sindical e exigência de novas qualificações.

É vasta a literatura que aborda a natureza dessas mudanças e suas conseqüências para a vida social². Antunes (1995, p. 15) ressalta que as transformações foram extremamente significativas e “se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua forma de ser.” Entendemos que tal situação atinge a todos os trabalhadores e, de maneira especial, aos mais novos .

A discussão que empreendemos visa pôr em destaque exatamente o que parecia ser um ideal de vida para uma boa parte dos jovens – evidentemente entre aqueles que conseguiram “furar o cerco” que limita o ingresso na universidade –, qual seja, a possibilidade de obter um diploma de nível superior e usufruir as *bensses* daí advindas, seja no plano das satisfações materiais, seja no plano das representações mais subjetivas.

O trabalho durante o curso de graduação: suas diferentes significações para os jovens

Tabela 1 - Situação profissional durante a graduação

Universidade Curso	Trabalho	Federal	Estadual	Privada
Pedagogia	Sim	84,6 (11)	100,0 (5)	100,0 (7)
	Não	15,4 (2)	0	0
História	Sim	100,0 (3)	85,7 (6)	100,0 (1)
	Não	0	14,3 (1)	0
Administração	Sim	84,6 (22)	100,0 (8)	100,0 (7)
	Não	15,4 (4)	0	0
Direito	Sim	93,3 (40)	--	81,3 (13)
	Não	4,5 (2)	--	12,5 (2)
	Não inf.	2,2 (1)	--	6,2 (1)
Odontologia	Sim	61,0 (14)	--	29,4 (5)
	Não	39,0 (9)	--	70,6 (12)

Nota: Os dados apresentados na tabela 01 revelam o quanto a experiência profissional durante o período de graduação é comum entre os estudantes.

Independentemente do curso e da instituição de origem – com exceção dos egressos do curso de Odontologia da universidade privada, no qual somente 29,4% desempenharam alguma atividade profissional – a média dos que declararam ter trabalhado durante seus estudos na universidade é de 80,7%. Ao realizarmos a média por instituição dos que disseram ter desempenhado algum trabalho concomitantemente aos estudos superiores, teremos um número que, mais uma vez, pode colocar em xeque o discurso linear de que os estudantes das universidades pagas seriam os mais pobres e, conseqüentemente, os que mais trabalham para sustentar a si, e, inversamente, os alunos das instituições públicas seriam os que menos trabalham por serem provenientes de famílias de maior poder aquisitivo.

Os números apresentam um resultado exatamente oposto à idéia acima. Ou seja, nossos dados revelam que, proporcionalmente, os informantes que mais trabalharam durante a graduação foram os egressos da universidade estadual com uma média de 95,0%, seguidos pelos egressos da universidade federal com 83,4%. Já a proporção dos que disseram ter trabalhado, nesse período, entre os informantes da instituição privada é de 68,7%.

Ressaltamos que é expressiva a proporção dos egressos pesquisados que afirmaram ter desempenhado alguma atividade profissional durante seus estudos universitários. Certos pesquisadores têm procurado ponderar sobre a questão do significado do trabalho para os jovens na atualidade (BAJOIT; FRANSSEN, 1997; MADEIRA, 1986, 1992; CARDOSO; SAMPAIO, 1994) afirmando que o desempenho de alguma atividade profissional remunerada pode ter outro sentido, qual seja, a possibilidade de permitir ao jovem vivenciar com mais “liberdade” sua condição juvenil à medida que este não estaria dependente exclusivamente do apoio financeiro de sua família.

Em pesquisa realizada com estudantes entre 14 e 20 anos, residentes em duas regiões periféricas de São Paulo que combinavam trabalho e estudo, Madeira (1986, 1992) propõe que os pressupostos que orientam a relação dos jovens com o trabalho sejam revistos, uma vez que o desempenho de uma atividade remunerada também tem como papel viabilizar a possibilidade de consumir certos bens materiais importantes como símbolos de juventude. “Neste perfil são indispensáveis as *grifes*, os tênis, os *jeans*, a curtidão do som.” (MADEIRA, 1992, p. 19). Além disso, o trabalho pode representar a aquisição de maiores poderes de negociação com sua família, especialmente quando está em jogo o seu próprio consumo.

Argumenta a autora que, tendo em conta que existem jovens e adolescentes em faixa de renda que, em tese, propiciam um consumo que lhes garante a sobrevivência física, o mínimo a fazer seria mudar a expressão *estratégia de sobrevivência para estratégias familiares de estilo de vida*. E neste sentido, esse não seria um fenômeno ligado somente aos mais pobres, porém, referente a todos os segmentos e grupos sociais. (MADEIRA, 1992, p. 21, *itálico da autora*).

Cardoso e Sampaio (1994), em pesquisa realizada com estudantes universitários provenientes de diversas carreiras de instituições públicas e privadas, consideram que a relação entre os estudantes e o trabalho ganha outros contornos que precisam ser contemplados. Mais de 50% dos estudantes pesquisados pelas autoras no início dos anos de 1990 trabalhavam. Dados que, em certa medida, tendem a confirmar estudos anteriores³. Entretanto, a novidade é justamente a de apreender essa realidade de uma nova maneira em contraste com visões anteriores em que o trabalho do estudante era visto exclusivamente como uma imposição de ordem sócio-econômica, inclusive porque a própria universidade se situava como local

privilegiado de formação profissional das elites. Argumentam que nos períodos anteriores a concepção dominante era a de que o fato de o jovem trabalhar poderia comprometer sua condição de estudante.

Para as autoras, os estudantes trabalham e essa realidade, embora não seja nova, apresenta certos condicionantes que podem ser vinculados à ampliação das camadas médias urbanas como resultantes do processo de industrialização e urbanização que, por sua vez, concorreram para a transformação da própria universidade que, além de contemplar os alunos de camadas sociais mais altas, tem recebido um contingente expressivo de outros segmentos sociais.

O trabalho para os estudantes, segundo Cardoso e Sampaio, não está necessariamente vinculado à noção de carteira assinada e salário fixo. Trata-se muitas vezes de serviços prestados que lhes rendem alguma remuneração, mas que assumem uma dimensão fundamental na vida dos jovens tanto no sentido de permitir uma certa autonomia financeira em relação à sua família, quanto pela possibilidade de fazer parte de um estilo de vida jovem representado pelo acesso a bens de consumo próprios de sua faixa etária.

Entretanto, pudemos verificar por meio de nossa pesquisa que é preciso levar em conta que o desempenho de alguma atividade remunerada concomitantemente aos estudos depende da natureza de cada carreira e dos períodos – noturno ou diurno, tempo parcial ou integral – em que os cursos são oferecidos, muito mais do que o setor – público ou privado – ao qual pertence a universidade (SILVA, 2004). A renda familiar e o nível de instrução dos pais também constituem variáveis importantes para se compreender as condições de trabalho dos filhos. No primeiro caso, o percentual de estudantes que trabalha tende a diminuir quando a renda da família aumenta. Ainda assim, é significativo o número de estudantes que trabalha e a renda familiar é alta. No segundo caso, quanto maior é o nível de instrução dos pais, menor é a proporção de estudantes que trabalham (CARDOSO; SAMPAIO, 1994; SILVA, 2004).

Um outro aspecto a ser discutido refere-se à necessidade de avaliar o que os estudantes consideram como “trabalho”⁴. Nas respostas que obtivemos por meio dos questionários, são citadas atividades das mais diversas, desde trabalhos eventuais como digitação de textos, portanto sem qualquer vínculo empregatício, passando por estágios remunerados ou voluntários e bolsa de estudos, até ocupações desempenhadas no serviço público e na iniciativa privada e, nessa última, com ou sem carteira de trabalho.

Romanelli (2000), ao investigar os estudantes universitários e sua relação com o trabalho, faz referência aos estudos de Foracchi (1965) e Sposito (1989) sobre a divisão que existe entre os estudantes, quer sejam universitários quer não. Eles podem ser classificados em três categorias de acordo com sua inserção no sistema escolar. Existe o estudante que não participa do mercado de trabalho, vive exclusivamente para os estudos e é totalmente mantido pela família, *o estudante em tempo integral*; *o estudante-trabalhador* seria aquele que trabalha, mas continua a depender dos pais e, por fim, *o trabalhador-estudante* que precisa do trabalho para se manter e não pode contar com o auxílio da família.

De acordo com Romanelli (2000), para as duas últimas categorias o ingresso na universidade representa um grande investimento considerando que deverão sacrificar seus horários de lazer e estudos em troca de um trabalho que lhes possa assegurar condições mínimas para continuar estudando e pleitear possibilidades melhores na disputa por um lugar no mercado de trabalho. Nesse sentido, o ensino privado, especialmente os cursos noturnos, acabam criando oportunidades para que as famílias provenientes das camadas sociais com baixos recursos financeiros, menor capital cultural e escolar, consigam ingressar na universidade⁵.

Entendemos que esta clássica divisão (estudante, estudante-trabalhador e trabalhador-estudante) mereça ser reavaliada a partir das novas necessidades impostas pelo atual modelo de acumulação capitalista. O que faz com que um estudante proveniente de família abastada queira trabalhar? O que dizer de pais que se sacrificam ao máximo para manter seus filhos na escola, sem que tenham que dividir seu tempo com o desempenho de alguma atividade remunerada?

Talvez parte das respostas para essas questões possa ser encontrada no significado que o trabalho durante a graduação representa para o estudante e sua família em termos de estratégias de enfrentamento das dificuldades atuais de inserção profissional. Podemos hipoteticamente dizer que um trabalho rotineiro, que não acrescente nada à formação do jovem, possa ser descartado por ele e sua família, mesmo que estejam em condições econômicas menos favoráveis. Neste caso, o raciocínio seria o de que não valeria arriscar o “bom andamento dos estudos” em troca de uma “atividade qualquer”. Inversamente, um trabalho assumido por um jovem – ainda durante seus estudos – com plenas condições financeiras, mas que possa ser visto futuramente como possibilitador de algum ganho profissional, pode ser bem tolerado e provavelmente incentivado pela família.

Diante das altas taxas de desemprego na atualidade, especialmente entre os mais novos, e do apelo existente nos meios de comunicação e na mídia em geral de que os jovens apresentam dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho devido à ausência ou fraca experiência profissional, é possível supor que essa busca pelo trabalho ainda no período de graduação possa em alguma medida significar um mecanismo adotado pelos moços e suas famílias no sentido de se prepararem para as possíveis adversidades encontradas no mercado de trabalho, dentre as quais, a exigência de experiência profissional. Em outros termos, os jovens sentem a necessidade de antecipar-se às etapas numa “corrida desenfreada” pelo “melhor lugar ao sol”.

Ao lançarmos essa idéia não estamos diminuindo ou desconsiderando o peso da necessidade econômica imediata como um fator mobilizador para que o jovem trabalhe enquanto estudante, mas apenas destacar que outro sentido pode ser atribuído na análise sobre o significado do trabalho para os universitários quando se pensa nas características de novo padrão de acumulação capitalista.

“Os desempregados”

Dos 176 egressos com até 32 anos de idade que responderam ao questionário, quinze disseram não estar trabalhando no momento da pesquisa, dentre os quais seis alegaram estar realizando mestrado ou doutorado, dois não informaram o motivo de não estar trabalhando, um pretendia ingressar no doutorado e dois estudavam para concursos públicos. Apenas quatro afirmaram estar desempregados e procuravam um emprego, o que corresponde a 2,2% de nossa amostra. Dois são egressos da universidade federal, dos cursos de Direito e Pedagogia, um é egresso do curso de História da universidade estadual e um é egresso da universidade privada do curso de Administração de Empresas.

Quando nos detemos mais detalhadamente no perfil desses poucos desempregados, podemos observar que dois eram do sexo masculino e duas do sexo feminino. Essas eram casadas, tiveram experiências de trabalho antes e durante a graduação, realizaram uma pós-graduação em nível de especialização, uma era egressa do curso de História e a outra do curso de Pedagogia, essa última havia pedido demissão

do emprego um dia antes de responder ao questionário desta pesquisa, declarou que iria procurar trabalho (ainda não estava procurando) e avaliou que sua situação de desemprego se devia à conjuntura econômica desfavorável e à falta de estímulos por parte do município. A outra havia dito que sua situação de desemprego devia-se à formação acadêmica inadequada, às exigências do mercado de trabalho e à conjuntura econômica desfavorável e procurava emprego semanalmente.

Quanto aos homens que se declararam desempregados, um deles estava cursando doutorado e realizava trabalhos de digitação como autônomo, era solteiro e residia com os pais, havia tido experiência profissional antes e durante a graduação, ficou desempregado 36 meses após a graduação. Procurava emprego semanalmente e creditava sua situação de desemprego à conjuntura econômica desfavorável e às “relações de clientelismo que se instalaram na sociedade catarinense [que] dificulta os apartidários de família não-tradicional a ocuparem um nicho mercadológico”. O outro informante era casado, tinha trinta anos no momento da pesquisa, era o mais velho dos quatro que se declararam desempregados. Havia trabalhado antes e durante o período da graduação, ficou desempregado assim que concluiu o curso de Administração de Empresas na universidade privada, não trabalhou imediatamente após a conclusão de seu curso de graduação. Procurava emprego diariamente e atribuiu sua situação de desemprego à formação acadêmica inadequada, às exigências do mercado de trabalho e à conjuntura econômica desfavorável. Ao final do questionário fez questão de demonstrar seu desapontamento da seguinte forma:

“Gostaria de descrever a situação [...] que uma pessoa com curso superior e desempregada enfrenta. Toda vez que vou procurar emprego, deparo com as seguintes vagas: se a vaga for em uma multinacional, existe uma multidão de pessoas para uma vaga, e ainda assim há casos de apadrinhamentos [...], em outros casos, se a vaga é para um serviço braçal, não preencho a vaga por ter 'curso superior'. Se a vaga for para um serviço administrativo, não pego porque não tenho experiência ou por ser uma empresa familiar [...] Enfim, de um lado vou além das exigências e, de outro, deixo a desejar. Gostaria que depois de cinco anos estudando, em muitos casos, como o meu, que vinha de outra cidade todos os dias, gostaria que a universidade, no mínimo, desse garantia de trabalho para os formandos e não deixasse apenas um canudo.”

Entre os desempregados, esse foi o único cujos pais tinham apenas o ensino fundamental incompleto e viviam com uma renda de quatro a seis salários mínimos. Os demais tinham pais com nível fundamental completo, médio completo e superior completo ou incompleto e viviam com renda acima de dez salários mínimos.

Analisando os dados referentes ao início do último emprego e considerando que esses jovens obtiveram seu diploma de graduação no ano de 1997, podemos perceber que não existe uma passagem automática da saída da universidade para o mercado de trabalho. No entanto, o expressivo índice de 91,5% dos egressos inseridos no mercado no momento da pesquisa, leva-nos a considerar que o diploma de graduação ainda se coloca como um instrumento de “proteção” contra o desemprego.

Para esses que se encontram “fora” do mercado de trabalho é necessário frisar que enquanto para uns se trata de uma “retirada” estratégica, implicando a possibilidade de investimento para uma inserção ou reinserção de acordo com suas aspirações (realizar uma pós-graduação, por exemplo), para outros pode significar a dificuldade de conseguir um espaço nesse mercado de trabalho.

Pais (1996) alerta para o fato de que a condição de desemprego é uma realidade que atinge, mesmo que não na mesma intensidade, os jovens de diferentes segmentos sociais. Baseado numa pesquisa sobre as perspectivas de futuro profissional⁶, o autor argumenta que eles estariam mais preocupados com a possibilidade de ter ou não dinheiro para usufruir melhor a vida do que com um futuro profissional e, nessa lógica, o desempenho de “qualquer trabalho” é admitido sem grandes ressalvas. Assim admite que em função da atual “conjuntura de desemprego e de precariedade de emprego entre os jovens e dadas também as transformações socio-econômicas que se têm vindo a registar, a reprodução social não parece efetuar-se de uma forma rigidamente linear.” (PAIS, 1996, p. 48). Isso significa que também os processos de transição para a idade adulta devem ser apreendidos dentro de tais transformações.

Bajoit e Franssen (1997) entendem que a degradação do “modelo cultural do trabalho”⁷ provoca a emergência de novas orientações, sobretudo as atitudes dos jovens em relação ao desemprego. O primeiro aspecto que destacam é o da precariedade como um fator desencadeador de rupturas, fragmentação e desarticulação que impedem a formação de um vínculo estável com o trabalho. A ausência de expectativas profis-

sionais tende a destruir as referências em relação ao modelo tradicional de trabalho. Os autores assim se referem aos que experimentam a precariedade e o desemprego:

Para esses jovens cuja experiência da precariedade origina-se freqüentemente numa socialização familiar que oferece recursos frágeis ou inadequados e é confirmada pelo veredicto do sistema escolar, as dificuldades prolongadas de inserção no mercado de trabalho impedem a estabilização no mercado de trabalho ao qual aspiram e se traduz por uma desestruturação de suas referências identitárias. (BAJOIT; FRANSSEN, 1997, p. 81).

Argumentam Bajoit e Franssen (1997) que a experiência de um grande número de jovens se expressa por uma distância razoável entre suas aspirações e a realidade. A insatisfação no trabalho os levaria a uma relação instrumental com o seu próprio trabalho, caracterizando-se por uma espécie de “trabalho desinvestido” em contraposição a uma dimensão auto-realizadora. Esta agora é reportada à esfera privada e a uma sociabilidade escolhida. Poucos seriam os moços que podem “conciliar” sua atividade profissional com seu projeto de auto-realização.

Para os autores, a insatisfação dos jovens em relação ao emprego não implicaria valorização positiva em relação ao desemprego. No máximo, o momento é visto como um período de prorrogação na redefinição de seus projetos. Definem três tipos de experiências de desemprego⁸ que podem ser experimentadas. O primeiro refere-se ao desemprego vivido pelo “tédio” e a “desvalorização”; nele os jovens sentem-se extremamente culpados pela sua situação. O segundo entende o desemprego como um período de moratória no qual são redefinidos seus projetos pessoais. São rapazes e moças que possuem maiores recursos financeiros, escolares e culturais. A família tem um peso importante nesse caso. O terceiro caracteriza-se pelo “desemprego postergado”. Esse tipo de experiência encontra-se com maior freqüência entre os jovens executivos que dispõem de um diploma negociável no mercado de trabalho, procuram fazer do período de desemprego um tempo ativo de preparação do perfil procurado pelos empregadores. Dedicam-se a um certo “fetichismo do *curriculum*” (BAJOIT; FRANSSEN, 1997)⁹.

Finalmente os autores chamam a atenção para a simultaneidade desses tipos de experiências de desemprego, o que favorece um sentimento geral de decepção e desencanto em relação ao mercado de trabalho, sobretudo após experimentarem o espaço protegido da escolaridade. Também concluem que a diversidade das experiências dos jovens no mercado de trabalho e no desemprego indica a fragmentação das diferentes dimensões do modelo tradicional do trabalho.

A categorização apresentada pelos autores acima nos parece pertinente para avaliar as diferentes situações em que se encontram nossos informantes uma vez que, enquanto para uns a pós-graduação pode significar um momento de reencaminhamento de seus projetos pessoais, mesmo que isso implique numa eventual postergação do ingresso no mercado de trabalho, para um deles o desemprego se coloca como uma experiência imposta. No entanto, tais experiências de desemprego e emprego por parte dos jovens e seus diferentes significados não podem ser apreendidas como o simples resultado de escolhas individuais ou geracionais que resultariam em “erros” ou “acertos” de estratégias, mas como a expressão da própria desigualdade social a que eles estão sujeitos.

Emprego e expectativas

Ao mesmo tempo em que fazem de suas experiências anteriores uma espécie de “trampolim” para galgar oportunidades mais próximas às suas expectativas, os dados de nossa pesquisa demonstram a percepção por parte dos jovens egressos da universidade de que o diploma de graduação não necessariamente se traduziu em garantia de condições mais favoráveis de emprego, haja vista o sentimento que demonstram quando solicitados a responder se descartariam empregos que estivessem aquém de suas qualificações e pretensões salariais, conforme podemos ver na tabela 2.

Tabela 2 - Posição do jovem frente suas qualificações e pretensões salariais

Descarta trabalho	Número de informantes
Sim	48,9% (86)
Não	34,7% (61)
Depende	7,9% (14)
Não informou	8,5% (15)
Total geral*	100,0% (176)

Nota:* Referente aos egressos das três instituições de ensino superior.

De um total de 176 egressos das três universidades catarinenses, com até 32 anos de idade, menos da metade descartaria empregos que estivessem abaixo de suas qualificações e pretensões salariais (48,9%). Porém, uma proporção significativa, representada por 34,7% de nossa amostra, aceitaria ocupações abaixo do que se consideram merecedores, sem fazer qualquer tipo de restrição.

Ao observarmos os dados por instituições e por curso (tabela 3), as proporções se alteram. De toda maneira, é interessante perceber que os formandos saem das universidades relativamente conscientes da realidade que vão encontrar se tomarmos como indicativo o percentual que declarou não descartar empregos abaixo de suas expectativas. Duas questões aqui se sobressaem. A primeira é a de que devemos considerar que esses jovens conhecem o mercado de trabalho porque dele fizeram e/ou fazem parte. Em segundo, que esse grau de realismo reflete, em certa medida, suas próprias experiências anteriores de trabalho. O mercado de trabalho não é um “monstro desconhecido” para esses sujeitos, ele é desvendado ao longo de sua trajetória acadêmica (como pudemos verificar na tabela 1).

Tabela 3 - Posição do jovem frente a suas qualificações e pretensões salariais por instituição de ensino e curso

Curso	Universidade	Federal	Estadual	Privada
	Descarta			
Pedagogia	Sim	30,7 (4)	20,9 (1)	28,6 (2)
	Não	38,5 (5)	60,0 (3)	57,1 (4)
	Não inf./depende	30,8 (4)	20,0 (1)	14,3 (1)
História	Sim	33,4 (1)	28,6 (2)	100,0 (1)
	Não	66,6 (2)	57,1 (4)	
	Não inf./depende			
Administração	Sim	76,9 (9)	43,3 (3)	43,3 (1)
	Não	19,2 (2)	56,7 (4)	56,7 (4)
	Não inf./depende	4,3 (1)	12,5 (1)	14,3 (1)
Direito	Sim	30,2 (13)		43,8 (7)
	Não	23,3 (10)		18,2 (3)
	Não inf./depende	69,6 (16)		58,8 (10)
Odontologia	Sim	26,1 (6)		17,6 (3)
	Não	4,3 (1)		23,3 (4)
	Não inf./depende	55,6 (6)	30,0 (6)	41,7 (2)
Total geral	Sim	30,7 (17)	20,9 (10)	28,6 (17)
	Não inf./depende	15,7% (17)	15,0% (3)	18,7% (9)

Embora nossa hipótese esteja fortalecida – de que há, para os jovens, dificuldades de inserção no mercado de trabalho que devem ser vistas como resultantes da configuração de um novo padrão de acumulação capitalista que tem incidências importantes sobre a definição de estratégias utilizadas por eles e suas famílias para “driblar” as adversidades na aquisição de uma ocupação – o fato é que a universidade federal parece concentrar os egressos “mais exigentes”. Isso é, eles estariam mais propensos, segundo dados do questionário, a descartar ofertas de empregos que julgassem insatisfatórias diante de suas pretensões salariais e profissionais.

E não podemos simplesmente atribuir tal exigência à inexperiência profissional já que, como visto anteriormente, uma porcentagem expressiva dos egressos da universidade federal, ou seja, 83,4%, trabalharam durante o curso de graduação de tal modo que as vivências profissionais anteriores de alguma maneira se encarregaram de demonstrar as dificuldades de inserção presentes no mercado de trabalho. Se os “mais exigentes” são também os que “mais trabalharam” durante a graduação, talvez seja razoável supor que o desempenho de atividades profissionais durante a graduação não ocorra unicamente por imperativos econômicos, mas como um mecanismo de “reconhecimento do terreno” no qual pretendem se estabelecer.

Um sentimento compartilhado: a insegurança

A partir de alguns relatos coletados entre janeiro a julho de 2002 de egressos que obtiveram seu diploma de graduação em 1997, portanto cinco anos após a conclusão do curso de graduação, percebemos que um sentimento comum parece se destacar quando indagados sobre o seu futuro profissional. Vejamos:

“Eu não tive medo de perder o emprego porque eu já sou efetivo na prefeitura [...] no estado, com a pós-graduação e, assim, dez anos de trabalho, então, assim eu abro, eu assim [...] se for pra eles me demitirem eu não tenho mais aquela preocupação de início que tinha que fazer tudo igual.” (RICARDO, 29 ANOS, GRADUADO EM HISTÓRIA, PAIS COM ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO)¹¹.

“Inclusive durante todo o projeto, o contrato, ele não era pra esse tempo todo, né? Era assim [...] de seis meses, depois de dois meses, que ... como era um organismo internacional não se pode fazer um contrato muito extenso, né? Então ... agora está incerto! Eu realmente não sei aonde que eu vou parar. Se eu continuar na área da

educação, se é na área de trânsito ... é difícil, é angustiante.” (MÔNICA, 28 ANOS, GRADUADA EM PEDAGOGIA, PAIS COM ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

“Aí eu já não penso nada, eu tô bloqueada, não, não é que eu não sei por que eu não penso sobre isso [futuro profissional], porque eu penso bastante, mas é porque [...] é como eu disse: eu tô numa situação, hoje, que eu simplesmente eu não [...] um emprego [...] não sei [...] até acho que vou ter de criar alguma coisa para eu fazer, entende? Tomara que a gente já tenha dinheiro suficiente para voltar e conseguir abrir um negócio próprio ou entrar em sociedade com alguém em alguma coisa.” (MARCELA, 28 ANOS, GRADUADA EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, PAIS COM NÍVEL SUPERIOR).

“Não, uma coisa que pra mim aqui é secundária, assim, não é questão de ter estabilidade, só talvez em relação à remuneração, pelo menos a gente sabe que pode contar com aquele [...] com aquela renda, né? Com esse valor pelo menos, né? Que é pouco mas pelo menos é uma coisa que a gente sabe que é mais ou menos certa, né? Mas não é o fato de ter estabilidade, se aposentar no mesmo emprego, que me faz permanecer aqui [no setor público]. Ainda me prendo um pouquinho só por essa questão da remuneração, porque hoje em dia a gente não pode, infelizmente, viver sem salário [...]né? De uma fonte pelo menos.”(ROSA, 29 ANOS, GRADUADA EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, PAIS COM NÍVEL SUPERIOR).

“Às vezes eu fico sem dormir, pensando, assim, a cabeça fica funcionando pra pensar o que eu posso fazer pra diferenciar, porque a competição está muito grande. Então, é [...] não é? Você que vai [...] porque na verdade tu não tens nenhum emprego, não tem nenhuma estabilidade.” (CATARINA, 29 ANOS, GRADUADA EM ODONTOLOGIA, PAIS COM NÍVEL SUPERIOR).

Os relatos de Ricardo, Mônica, Marcela, Rosa e Catarina, conforme procuramos mostrar, apresentam em comum, ainda que pesem as diferenças entre as carreiras e condições sócio-econômicas e culturais, o fato de deixarem transparecer uma certa preocupação com as perspectivas futuras em relação a sua atuação profissional. Insegurança parece a expressão mais apropriada para descrever este sentimento. Enquanto para uns (Ricardo, Rosa e Catarina) o vínculo com o serviço público cumpriria ou cumpre em parte o papel de “provedor” dessa necessidade de sentirem-se “amparados” diante das incertezas das condições de trabalho do futuro e mesmo do presente, para outros (Mônica e Marcela) esta “solução” não se explicita. No entanto, sabem que o “amanhã” não está assegurado.

O serviço público é visto por nossos entrevistados não como uma opção, mas como uma alternativa diante das dificuldades de lidar com a instabilidade do mercado de trabalho. Entendemos que esse sentimento de insegurança por eles compartilhados não pode ser apreendido como uma “coincidência” ou como um “acaso” que aproximaria o perfil de nossos informantes. Gostaríamos de situar esta questão num outro plano, qual seja, o da necessidade de compreender a insegurança como uma expressão das novas formas de organização do trabalho, tanto de base física quanto organizacional, imposta pelo novo modelo de produção capitalista (HARVEY, 1994; ANTUNES, 1995, 2000).

O alto índice de desemprego verificado nas últimas décadas, a precarização nas relações de trabalho entendidas como a flexibilização das leis trabalhistas em benefício dos empregadores, a intensificação do trabalho e o rebaixamento salarial, aliados ao discurso da *empregabilidade* como um requisito alcançado a partir do empenho pessoal (GENTILI, 1998, 2002), apresentam um impacto profundo nas condições concretas de trabalho para esses jovens e é a partir destas questões que situamos o sentimento de insegurança por parte deles quanto ao seu futuro profissional.

Considerações finais

O trabalho para os portadores de um diploma de graduação num momento de intensas transformações no modelo capitalista de produção ganha sentidos que não devem ser apreendidos no âmbito estrito da carência econômica. Estes podem ser buscados na necessidade dos jovens de vivenciar com mais liberdade sua condição de jovem propiciada pela possibilidade de eles próprios custearem certos “consumos” que valorizam¹², mas também o trabalho durante a graduação parece indicar um “fenômeno novo” que está diretamente relacionado às novas formas de exploração capitalista caracterizada pelo desemprego e a precarização das relações do trabalho, ou seja, a necessidade de *antecipação as etapas* como uma tentativa por parte dos jovens de adquirir “experiências” que os coloquem numa situação mais vantajosa na disputa por um emprego.

Um aspecto que parece ser comum à maioria dos egressos entrevistados: o sentimento de fragilidade e provisoriedade diante das incertezas sobre o seu futuro profissional. A configuração de um novo modelo de acumulação capitalista – a reestruturação produtiva –, que tem em sua

lógica o enxugamento dos postos de trabalho, atinge, ainda que não de maneira uniforme, a todos os segmentos sociais, gerando um sentimento de grande insegurança e incerteza quanto ao seu futuro profissional e pessoal. Esses sentimentos em relação ao futuro laboral parecem evidenciar o quão falacioso é o discurso da *empregabilidade*, que tem na precarização das relações de trabalho uma de suas faces mais perversas.

Notas

- 1 A tese foi defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em março de 2004, sob a orientação da Profa. Dra. Eneida Oto Shiroma e com financiamento da CAPES.
- 2 Para uma análise sobre as transformações no mundo do trabalho Cf. Antunes (1995, 2000); Ferretti (1994); Frigotto (1998); Harvey (1994), entre outros.
- 3 Rabelo (1973 apud CARDOSO; SAMPAIO, 1994, p. 32).
- 4 As questões relativas a esse item foram organizadas de tal maneira que o informante pudesse considerar qualquer atividade profissional exercida durante a graduação, sendo ela remunerada ou não.
- 5 Parece que esse mercado educacional tem um preço alto para os seus clientes que, além de pagarem mensalidades com valores freqüentemente desproporcionais a sua renda, vão arcar, muitas vezes, após a conclusão do curso, com o ônus de um diploma que já carrega consigo o estigma da discriminação em função da baixa qualidade do ensino de boa parte dessas faculdades privadas.
- 6 “Inquérito à Juventude”, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa, Portugal em 1987.
- 7 A expressão refere-se a um modelo de trabalho calcado em certas garantias como contratos por tempo indeterminado, férias e outros benefícios gradativamente substituídos por relações contratuais mais flexíveis e, portanto, incertas.
- 8 Schnapper (1984 apud BAJOIT; FRANSSEN, 1997).
- 9 Expressão utilizada por Bajoit e Franssen (1997) ao se referirem às orientações por parte de empresas de recolocação profissional em

que os jovens são incentivados a desenvolver atitudes positivas em relação a sua situação de desemprego.

- 10 Esta análise é feita no terceiro capítulo da tese de Silva (2004).
- 11 Os nomes são fictícios.
- 12 O apelo da mídia é bastante cruel neste sentido.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O Trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 5, n. 6, p. 76-95, maio/dez. 1997.

CARDOSO, R. C. Leite; SAMPAIO, Helena. Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 9, n. 26, 1994.

FERRETTI et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FORACCHI, Maria Alice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

FRIGOTTO, G. et al. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final do século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In:FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 76-92.

_____. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In:LOMBARDI et al. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. São Paulo: Autores Associados, 2002. p. 45-59.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

MADEIRA, F. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70:

questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, p.15-48, ago. 1986.

MADEIRA, F. A “onda jovem” e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. *Planejamento e políticas Públicas*, n. 8, dez. 1992.

PAIS, José M. *Culturas juvenis*. [S.l.]: Imprensa nacional Casa da Moeda, 1996.

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos: o estudante trabalhador. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família e Escola*: trajetória de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, p. 99–124, 2000.

SILVA, Mariléia Maria da. *Inserção profissional e condição social*: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho. 2004. 236 f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. *O trabalhador-estudante*: um perfil do aluno do curso superior noturno. São Paulo: Loyola, 1989.

Work for college graduates in the new model of capitalist accumulation

Abstract

This text discusses the meaning that work has for youths who have a bachelor's degree at a time of intense precariousness in labor relations and high levels of unemployment. In this context, the work performed in college takes on other meanings in addition to that linked to economic need; it offers the possibility to take greater advantage of the "condition of youth" but also involves a strategy of *anticipation of phases* in order to guarantee a space in an extremely competitive labor market. Insecurity is a feeling shared by youths when they refer to their professional future.

Key words:

Labor market – effect of education. College-level professionals-labor market.

El trabajo para los jóvenes diplomados en el nuevo modelo de acumulación capitalista

Resumen:

El presente texto discute el significado del trabajo para los jóvenes portadores de diploma de graduación en un momento en que se vivencia una intensa precariedad en las relaciones de trabajo y altos índices de desempleo. En este contexto, el trabajo desempeñado durante el curso de graduación adquiere otros sentidos además de aquel vinculado a la carencia económica; se trata de la posibilidad de poder usufructuar con más libertad su "condición de joven", pero también significa una estrategia de *anticipación a las etapas* con el objetivo de garantizar un espacio en el mercado de trabajo extremadamente competitivo. El sentimiento de inseguridad es compartido por los jóvenes al referirse a su futuro profesional.

Palabras claves:

Mercado de trabajo – efectos de la educación – Profesionales de la educación superior- mercado de trabajo.

Mariléia Maria da Silva
Endereço: Rua Saldanha Marinho, 1796, apto.
101 – Centro.
CEP: 85010-290 - Guarapuava, Paraná.
E-mail: marileiamaria@hotmail.com.

Recebido em: 06/04/2004
Aprovador em: 01/07/2004